

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

CERTIDÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 18/04/2016

APROVADA EM MINUTA, NOS TERMOS LEGAIS, NA PARTE RESPETIVA

João Paulo Fraga, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mirandela:

CERTIFICA que, da ata n.º 08 da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mirandela realizada em 18 de abril de 2016, aprovada em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, consta uma deliberação do seguinte teor:

“03/OA – Prestação de Contas 2015.

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2015, organizados em conformidade com o POCAL, os quais se dão por reproduzidos.

Deste documento consta uma “Introdução” elaborada pelo Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO*, do seguinte teor:

“Os documentos de Prestação de Contas 2015, para além de integrarem o cumprimento de um requisito legal, pretendem traduzir a atividade municipal durante o ano económico a que estas respeitam, o qual corresponde ao ano civil.

A execução orçamental do Município de Mirandela no ano de 2015 reflete, uma vez mais, o integral respeito pelos compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro (PSF) assim como relativamente a todos os mecanismos de controlo e procedimentos determinados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e pelas restrições determinadas pelo Orçamento Geral do Estado.

O conceito de ajustamento orçamental, iniciado em 2013, foi também prosseguido no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015, com revisão em baixa dos valores provisionais globais. Este ajustamento reflete-se nas taxas de execução alcançadas ao nível da receita e da despesa.

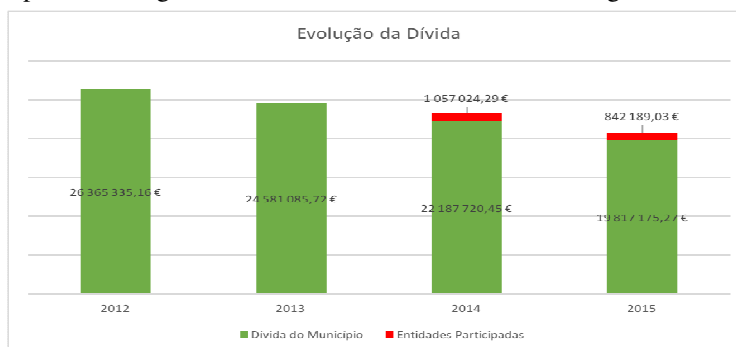
RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%EXECUÇÃO	%GLOBAL
RECEITAS CORRENTES				
01 IMPOSTOS DIRECTOS	3.278.569,00	3.561.375,83	108.6	13.5
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	89.039,00	101.105,04	113.6	0.4
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	261.783,00	298.346,66	114.0	1.1
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.576.000,00	1.119.547,60	71.0	4.2
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.246.689,00	9.699.138,15	63.6	36.7
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.894.768,00	3.390.255,41	87.0	12.8
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.000,00	53.789,39	32.6	0.2
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	24.511.848,00	18.223.558,08	74.3	68.9
RECEITAS DE CAPITAL				
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	406.500,00	3.975,00	1.0	0.0
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.666.771,00	4.525.386,27	59.0	17.1
11 ACTIVOS FINANCEIROS				
12 PASSIVOS FINANCEIROS	3.000.000,00	3.000.000,00	100.0	11.3
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	215.000,00	85.823,76	39.9	0.3
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	11.288.271,00	7.615.185,03	67.5	28.8
OUTRAS RECEITAS				
14 RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS				
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00	15,00	0.3	0.0
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	615.683,57	615.683,57	100.0	2.3
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	620.683,57	615.698,57	99.2	2.3
TOTAL GERAL	36.420.802,57	26.454.441,68	72.6	100.0

No ano de 2015 manteve-se a tendência de crescimento da receita, tendo no entanto sido necessário recorrer a receitas extraordinárias para fazer face a necessidades de tesouraria para a execução final de projetos objeto de financiamento comunitário, tendo para o efeito sido contratado um empréstimo de curto prazo, o qual foi integralmente liquidado no exercício de 2015. É também de destacar que o aumento da receita corrente tem permitido uma afetação contínua a despesas de capital, permitindo o reforço de verbas de investimento.

No que se refere ao orçamento da despesa, não obstante a redução que tem vindo a ser operada nos últimos anos, as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços são as que merecem maior destaque com protagonismo para as componentes de maior dimensão, tais como o fornecimento de água para abastecimento humano e tratamento de águas residuais, a recolha e o tratamento de resíduos urbanos, as despesas com educação, nomeadamente transportes escolares e refeições, energia entre outros.

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
DESPESAS CORRENTES				
01 DESPESAS COM O PESSOAL	6.153.994,00	5.916.185,32	96.1	22.7
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.202.305,57	6.633.110,12	50.2	25.4
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1.229.884,00	689.996,93	56.1	2.6
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.785.500,00	1.474.721,20	82.6	5.7
05 SUBSÍDIOS	262.000,00	153.328,69	58.5	0.6
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259.500,00	178.773,52	68.9	0.7
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	22.893.183,57	15.046.115,78	65.7	57.7
DESPESAS DE CAPITAL				
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	8.002.602,00	5.792.442,30	72.4	22.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	964.600,00	693.796,50	71.9	2.7
09 ACTIVOS FINANCEIROS	148.949,00	139.948,00	94.0	0.5
10 PASSIVOS FINANCEIROS	4.406.468,00	4.393.386,14	99.7	16.9
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00			
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	13.527.619,00	11.019.572,94	81.5	42.3
TOTAL GERAL	36.420.802,57	26.065.688,72	71.6	100.0

Ao nível do endividamento mantém-se uma tendência de redução sustentada e gradual, tendo sido integralmente cumprido o plano de redução de pagamentos em atraso, salientando-se que, não obstante o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ter introduzido diferenças significativas no cálculo da dívida total dos municípios, identificando as diferentes entidades que relevam para efeitos de apuramento da dívida total de cada município, o facto é que em 2015 já foi possível atingir um valor de dívida inferior ao limite legal em 4.114.103,00 €.



No Relatório de Gestão 2015 pode ser observada uma análise detalhada dos principais indicadores e dados da execução financeira, sendo de destacar na Demonstração de Resultados um resultado líquido positivo de 690.520,00 €.

A conclusão de um conjunto de obras emblemáticas nomeadamente a EsACT, o Museu da Oliveira e do Azeite, a ECOTECA, o Complexo Cultural, o Campo Desportivo da Reginorde entre outras, todas englobadas em candidaturas objeto de financiamento comunitário, contribuíram para uma elevada taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos durante o exercício de 2015.

Será ainda de continuar a realçar e destacar o papel de suporte e incentivo à sociedade civil local, quer ao nível desportivo, quer ao nível cultural, recreativo ou social. A relevância das transferências correntes e de capital efetuadas para as diversas entidades e instituições revelam claramente o papel preponderante que o Município de Mirandela tem na dinamização da sociedade civil.

No exercício de 2015 assinala-se ainda o apoio à construção e recuperação de diversos equipamentos sociais e religiosos, como o Lar Residencial da APPACDM, Quartel de Bombeiros de Torre de D. Chama, Lar do Romeu ou a reabilitação da sede da Associação de Socorros Mútuos entre outras intervenções pontuais, mas de particular importância para as populações. A essas transferências financeiras é necessário ainda associar os apoios em instalações, consumos, transportes e disponibilidade de equipamentos que, frequentemente ignorados, representam também pesados encargos para a Câmara Municipal.

O Relatório de Atividades 2015 traduz de forma sintética as atividades dos múltiplos serviços municipais relevando um importante papel no apoio ao município e de cumprimento integral das competências municipais de salvaguarda da salubridade, do ambiente urbano, das acessibilidades e, essencialmente, no bem-estar dos municípios de forma generalizada. Os 16.974 atendimentos anuais realizados no GAM, a manutenção de 346.301 m² de espaços verdes, 1.038.232 € de volume de trabalhos por administração direta, os 1.862 atendimentos sociais ou os 41.861 acessos à Piscina Municipal são exemplos bem representativos da diversidade, dimensão e mesmo complexidade dos serviços municipais.

A multiplicidade de eventos desportivos, culturais ou lúdicos, turísticos e de promoção promovidos individualmente pela Câmara Municipal ou em parceria, 588 em 2014, com um aumento para 670 em 2015 dos quais 541 previstos no Plano Anual, são também demonstrativos quer de um conceito de planeamento quer de um dinamismo territorial assente e suportado pelos serviços municipais e dos seus recursos materiais e humanos. Ao nível do planeamento e ordenamento territorial, 2015 foi o ano da conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal, elemento essencial no desenvolvimento sustentável do concelho.

Também em 2015 foram constituídas duas Áreas de Reabilitação Urbana, promovido o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Ação para Intervenção em Comunidades Desfavorecidas, elementos essenciais de uma estratégia de competitividade no âmbito do novo Quadro Comunitário Portugal 2020.

A competência de toda a estrutura dirigente e o empenho, nem sempre reconhecido, dos trabalhadores municipais, não se resume certamente à síntese traduzida do Relatório de Atividades 2015, sendo apenas demonstrativa da multiplicidade de serviços e tarefas que diariamente são realizadas por toda a estrutura em prol dos municípios. Esta dedicação, determinação e competência foram reconhecidas pelo processo de Certificação em Qualidade que foi recentemente renovada, processo de cariz interno fortemente participado, envolvendo toda a estrutura e recursos municipais e que se concretizou na certificação **integral** de todos os processos e procedimentos propostos de forma transversal a todos os serviços da Câmara Municipal.

O presente documento demonstra de forma clara e transparente a atividade da Câmara Municipal de Mirandela durante o ano de 2015, traduzindo também a determinação em continuar a enfrentar as dificuldades e a contribuir de forma evidente para o desenvolvimento integrado e coeso do concelho de Mirandela e da sua população em geral.

Enquadramento legal:

Nos termos do n.º 1 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do n.º 2 do Ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, na sua atual redação e em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal, para posterior apreciação e avaliação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas, com referência a 31 de dezembro de 2015.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP *Carlos Freitas*) e um voto contra do membro do PS *João Casado*:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2015 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ MANUEL MORAIS* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Em conformidade com o que venho afirmando anualmente, sempre que nos são apresentados, para análise, os documentos, relacionados com a Prestação de Contas do Município, é minha intenção, mais uma vez e em primeiro lugar, dar, na pessoa do Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral, relevância à equipa que de uma forma organizada, esclarecedora e metódica tornou possível a sua apresentação, porquanto, em meu entendimento, refletem de um modo muito elucidativo todos os movimentos contabilísticos, referentes à gestão do ano de 2015.

Posto isto, e antes de proferir o meu sentido de voto, permitir-me-ia tecer algumas considerações genéricas comparando a gestão de 2015 com a gestão referente ao ano imediatamente anterior e que são as seguintes:

Análise Orçamental

A taxa de execução relacionada com o Orçamento do ano de 2015 foi de 72%, mais alta, do que em 2014. Este incremento deve-se sobretudo ao aumento de receita cobrada, que foi superior em 3.910.000 euros, mais a contração do empréstimo de

curto prazo, no montante de 3.000.000 euros, o que contribuiu para que a despesa paga pudesse ter sofrido um aumento de cerca de 4.137.000 euros.

Como as receitas correntes conseguidas foram superiores às despesas correntes a execução orçamental não só cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental admitido no POCAL como, também, o disposto no n.º 2, do artigo 40.º, da Lei n.º 73/2013, o que se regista positivamente.

Receita

Comparativamente a 2014, o Município arrecadou em 2015 mais 3.294.666 euros, o que se traduz num aumento de 18%, sendo certo que este aumento se deve sobretudo às Receitas Correntes. Estas, no montante de 18.223.558 euros, resultam essencialmente das transferências correntes recebidas, que por si só representam mais de 50% do total das receitas correntes, também dos impostos diretos, cujas suas principais fontes são o IMI e o IMT e, ainda, da venda de bens e serviços, podendo-se aqui destacar a receita proveniente da faturação relacionada com a venda de água, saneamento e resíduos sólidos.

Receitas de Capital

Também nesta rubrica as receitas aumentaram, relativamente a 2014, contribuindo para este aumento o empréstimo de curto prazo contraído no montante de 3.000.000 €.

Despesa

Se ao longo destes últimos anos a evidência demonstrada apontava para uma diminuição da despesa, contudo em 2015, após análise desta rubrica, concluímos pela existência de uma possível, mas não desejável, inclinação para um agravamento da despesa, traduzido em cerca de mais 19%, relativamente a 2014.

Este aumento poder-se-á justificar com a aquisição de bens e serviços a que o Município não poderia deixar de concorrer, nomeadamente a aquisição de matérias-primas para intervenções de administração direta, consumo de combustíveis, fornecimento de refeições aos alunos do pré-escolar e ensino básico e a compra de água para fornecimento às populações do concelho, encargos com as instalações, transportes escolares, iluminação pública, tratamento em alta de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos e, também, com as transferências concedidas às diferentes entidades do concelho.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital relativamente a 2014 sofreram um aumento de 63%, tendo alcançado em 2015 uma taxa de execução superior a 80%, cuja realização se deve à aquisição de bens de capital cujos investimentos estão refletidos na construção da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do Quartel da GNR de Torre de D.Chama, da Ecoteca, do Museu da Oliveira e do Azeite, do campo de futebol da Reginorde e das obras de modernização do Centro Cultural.

Em termos orçamentais, poder-se-á afirmar, genericamente e em síntese, que tanto a Despesa como a Receita registaram taxas de crescimento positivas.

Balanço

Verifica-se que em 2015, a situação financeira e patrimonial do Município é idêntica à do ano de 2014, não obstante o Ativo Líquido ter sofrido um ligeiro aumento da ordem dos 353.683 euros e os Fundos Próprios na ordem de 289.020 euros, devido aos resultados transitados.

Do lado do Passivo, salienta-se a redução da dívida a terceiros contrariamente ao aumento da dívida a fornecedores que ascendeu a cerca de 6.790.000 euros.

Dívida Total

Considerando que o limite da dívida total para 2015, em conformidade com os preceitos legais, era de 24.773.467 euros, verificou-se, ao invés do ano de 2014, que o Município apresentou uma dívida inferior ao seu limite total, em cerca de 4.114.103 euros.

Plano de Saneamento Financeiro

Verifica-se que o Município está a cumprir, globalmente, com o acordado no Plano de Saneamento Financeiro, não obstante a receita global do exercício ter sido inferior à prevista, sendo certo que esta diminuição se relaciona com a substancial diferença, para menos, das Transferências de Capital que eram expectáveis, aquando da realização do Plano de Saneamento Financeiro.

Já no que concerne à despesa total verificou-se um desvio de apenas 159.215 euros, perfeitamente ajustável em futura execução orçamental.

Conclusão

Não obstante o resultado líquido do exercício ser inferior ao previsto no Plano de Saneamento Financeiro, muito por culpa da não inclusão no estudo que antecedeu o Plano, da previsão dos custos de Provisões, que em 2015 foram de 1.656.761 euros e, ainda, por pensar que o Executivo ao longo do ano de 2015 persistiu na demonstração da vontade política em

sanear financeiramente o Município, sem negligenciar o desenvolvimento integrado e harmonioso de Mirandela e seu concelho, irei votar favoravelmente a Prestação de Contas, referente ao ano de 2015.”

----- O Senhor Vereador *JOÃO CASADO* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento a todos os trabalhadores que colaboraram na elaboração de todos os documentos que são presentes a esta Câmara, seja em prestação de contas, orçamentos, bem como em todas as atividades a que são chamados a participar, realçar também que todos os trabalhadores sem exceção, representam e fazem o melhor que sabem, sempre com o objetivo de servir o Município logo os Municípes.

Em segundo lugar, e relativamente a Prestação Contas do Ano 2015, vou afirmar que o documento, reflete uma objetividade muito mais evidente, na demonstração de toda a atividade da Câmara Municipal de Mirandela, fruto dos sucessivos ajustamentos orçamentais efetuados desde 2013.

Reduz o espaço de manobra político, porque não permite a continuidade de erros grosseiros e básicos existentes no Passado recente.

Obriga a um discernimento político, onde se torna cada vez mais importante saber o que se pretende de fato para este Município, no que diz respeito a gestão interna, e a todas as diretrizes fundamentais e necessárias para que o Concelho de Mirandela responda afirmativamente as necessidades dos seus Municípes.

É evidente na prestação de Contas do Ano 2015, que algumas variáveis, conjugadas com decisões deste executivo, proporcionaram resultados interessantes do ponto de vista da Gestão.

No que diz respeito a minha posição nestas decisões políticas, sempre entendi que face as dificuldades que as famílias atravessam no nosso concelho, a solução não poderia passar por este tipo de medidas.

No entanto é necessário entender que existem duas realidades, a dos Municípes e da Câmara Municipal de Mirandela, e é necessário tomar decisões, a Câmara não pode esquecer as decisões do Passado, porque elas traduzem no presente, um custo demasiado pesado.

E eu não posso esquecer que tem de existir um Futuro para todos os Municípes, e não podem ser só eles a pagar os erros do passado.

Logo o meu voto é contra a Prestação de contas 2015.”

----- O Senhor Presidente *ANTÓNIO BRANCO* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Gostava de referir que a Prestação de Contas de 2015, traduz de forma clara o que tem sido a postura da Câmara Municipal, em relação, essencialmente, ao respeito pelos compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro e por aquilo que é a gestão desta Câmara Municipal.

O Relatório de Gestão é claro em relação a um conjunto de elementos nomeadamente, a redução da dívida, a execução e mesmo a redução dos consumos essenciais nomeadamente em áreas estratégicas que muitas vezes são esquecidas e que estão naturalmente traduzidas neste documento.

Já o Relatório de Atividades de 2015 em si, é uma boa forma de demonstrar aquilo que é o trabalho da Câmara Municipal nas suas mais diferentes vertentes e nas suas mais diferentes dimensões e nomeadamente, o alcance que esse trabalho tem ao nível da vida e do dia-a-dia dos municípes de Mirandela.

Gostava que ficasse traduzido claramente nesta Declaração de Voto, aquilo que já foi reafirmado na Introdução destes Documentos, da importância que tem para nós toda a estrutura dirigente, todos os trabalhadores e tudo aquilo que é o trabalho que no dia-a-dia fazem os funcionários da Câmara Municipal de Mirandela, em prol da defesa e da qualidade de vida dos mirandelenses e este agradecimento é transposto em nome de todo o Executivo Municipal.”

Mirandela, 18 de abril de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal;



António Pires Almor Branco

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira;



João Paulo Fraga